



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**20/05/2017**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 4
1.2. DECISÕES.....	5
1.3. DESEMBARGADOR.....	6 - 7
1.4. VARA CRIMINAL.....	8 - 10
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	11 - 12
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. CONVÊNIOS.....	13 - 14
3.2. ESMAM.....	15
3.3. PLANTÃO NO TJMA.....	16



Obras na Região Metropolitana têm prazos ampliados a perder de vista. É o caso da duplicação da BR-135, da substituição da adutora do Italuís, de creche e maternidade na Cidade Operária, da Barragem do Bacanga e do Hospital da Criança. CIDADES 1 E 2

# Placas de obras mostram que prazos estipulados não são cumpridos

Situação acontece com mais frequência do que se percebe e muitas vezes as datas terminam esquecidas, por força de dificuldades encontradas ao longo da obra ou por abandono do projeto; em São Luís, há diversos exemplos

JOCK DEAN

Da equipe de O Estado

**E**spalhadas pela cidade, placas de obras públicas enchem a população com a expectativa de que finalmente um problema será resolvido, mas elas também podem representar a dificuldade do poder público para concluí-las, a lentidão na execução dos serviços, o não cumprimento de promessas e até mesmo o abandono do projeto. Em São Luís, há diversos exemplos de placas, ou de obras, que podem se enquadrar nessas classificações.

Um exemplo é a obra da primeira etapa de duplicação de 26,3 quilômetros da BR-135, entre Estiva e Bacabeira. A placa fixada no início do Campo de Perizes informa as datas de início (31/8/2012) e de conclusão dos trabalhos (20/8/2015), mas o prazo inicial já está vencido há quase dois anos. Um dos principais entraves da obra, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), foi o fato de a rodovia ter 18 quilômetros situados em solo mole (Campo de Perizes), o que exigiu uma solução até então nunca feita em rodovias.

Somente a colocação das colunas de brita neste trecho durou aproximadamente dois anos. Além da fixação das colunas, outra parte importante da obra foi a retirada dos trilhos da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN). Em 2015, problemas de recursos financeiros paralisaram a obra, sendo retomadas em 2016.

Agora, de acordo com o Dnit, os trabalhos encontram-se na fase de pavimentação e, após o final do período chuvoso, serão intensificados os serviços de pavimentação e conclusão do viaduto na cidade de Bacabeira. Caso não haja mais intercorrências, a obra será entregue em dezembro de 2017. Ela é aguardada com ansiedade pelos condutores que trafegam pela rodovia, porque melhorará o tráfego de veículo, diminuirá os congestionamentos e aumentará a segurança na BR.

Ainda no perímetro urbano da rodovia, outra obra cujos prazos foram prorrogados é a da substituição de toda a tubulação da Adutora de Água Tratada do Sistema Italuís. A placa no local não informa as datas de início e término dos trabalhos, apenas o prazo de execução: 360 dias, quase um ano. A atual vazão da adutora é de 1,8 metro cúbico por segundo, e com as intervenções que estão sendo realizadas a estrutura passará a ter capacidade de 2,1 metros cúbicos por segundo. Aumento de 30%,

melhorando o abastecimento de água para São Luís.

Em novembro de 2012, foi assinada ordem de serviço para o início das obras de substituição dos 19 quilômetros da adutora. A obra tinha conclusão prevista para novembro de 2013, mas, por causa da complexidade da troca da tubulação, ainda não foi concluída e novos prazos foram sendo estipulados. Segundo a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), a obra será entregue em junho deste ano. Segundo a Caema, vários trechos da obra precisaram de tempo extra para serem concluídos por causa da complexidade da estrutura, que é extensa e pesada.

Continua em Cidades 2



# Obras abandonadas ou inacabadas geram revolta na população

Prazos para conclusão de uma creche e uma maternidade na Cidade Operária já foram perdidos e obras não são concluídas; Hospital da Criança já teve três placas

**JOCK DEAN**  
Da equipe de **O Estado**

**O**bras abandonadas ou com prazos de execução prorrogados constantemente são motivo de revolta da população de São Luís. São serviços nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e outros que melhorariam a vida das pessoas. Na Cidade Operária, uma creche e uma maternidade que deveriam estar em pleno funcionamento não foram concluídas. No centro de São Luís, a restauração de um casarão tombado está paralisada. E até obras que melhorariam as condições ambientais da cidade não têm a celeridade devida.



Segundo moradores das proximidades da obra, placa com data de conclusão para 2018 não é a primeira

## NÚMEROS

**R\$ 1.695.479,48**

é o valor da construção da creche

**R\$ 24.807.123,41**

é o valor da construção da maternidade

**R\$ 3.697.568,05**

é o valor da restauração do Palacete Gentil Braga

**R\$ 14.975.965,88**

é o valor da reforma e ampliação do Hospital da Criança

Cercado por placas de zinco, o terreno na Avenida Este 103 onde deveria estar funcionando a Maternidade da Cidade Operária tem apenas colunas inacabadas. Nem sinal de paredes, telhado e toda a estrutura necessária para atender as gestantes. Faltam também operários. Na placa fixada no local, a data para entrega da obra é 23 de junho de 2018, dois anos após o início dos trabalhos, 25 de junho de 2014.

Só que, segundo a comerciante Maria de Jesus Silva Araújo, que trabalha em frente às obras, esta não era a data inicial de entrega. "A data era junho de 2016, mas no ano passado, próximo das eleições, levaram a placa e, quando trouxeram de volta, tinham alterado a data", afirma.

Esta não é a única obra pública abandonada na Cidade Operária. Outra é a construção de uma creche na Avenida Leste 103. Orçada em mais de R\$ 1,5 milhão, a creche teve sua construção iniciada em abril de 2016 e deveria ter sido entregue em abril de 2017, segundo a placa em frente ao canteiro.

A obra faz parte de um pacote de 25 creches anunciadas em janeiro de 2013. Atualmente, o prédio encontra-se com as paredes erguidas, mas o telhado e acabamentos nunca foram concluídos. No entorno do canteiro de obras, o lixo se acumula. Outra obra abandonada é a de reforma e

ampliação do 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM), na Avenida Oeste. A obra também foi iniciada há anos, mas nunca foi concluída. O terreno hoje está cercado por tapumes.

#### Infraestrutura e meio ambiente

Na outra ponta da cidade, na área Itaqui-Bacanga, é a reforma da barragem que não é concluída. É que as obras de recuperação da Barragem do Bacanga iniciadas no ano passado tiveram prazo de entrega modificado pelo Governo do Estado. Antes previstos para serem entregues em fevereiro deste ano, os serviços de recuperação da barragem serão finalizados em julho e a entrega da ponte em agosto deste ano, de acordo com a Secretaria Estadual de Infraestrutura (Sinfra).

Ainda segundo a Sinfra, as obras na Barragem do Bacanga ainda não foram concluídas devido a sua complexidade técnica. Os trabalhos estão na fase de substituição do guindaste que deve chegar a São Luís em seis dias para realizar a instalação da comporta principal/definitiva. Paralelo a este serviço, a secretaria informou que está trabalhando no reforço estrutural da ponte, bem como o monitoramento constante diuturnamente do nível do lago.

Enquanto a obra não é concluída, os pescadores que usufruem do Lago Bacanga questionam, segundo

eles, a morosidade na recuperação da barragem (responsável pela fluidez da água). De acordo com os pescadores, com a inoperância das comportas não há circulação de água na reserva hidrográfica, o que contribui para a mortandade de peixes.

#### Saúde

As obras do Hospital Odorico Amaral de Mattos (Hospital da Criança), no bairro Alemanha, são outras que seguem com morosidade. De acordo com as informações que constam na placa com os detalhes do serviço, as atividades foram iniciadas no dia 12 de junho de 2014 e a previsão é que elas sejam concluídas no dia 11 de fevereiro de 2018. Entretanto, o prazo de entrega já foi modificado três vezes.

O novo Hospital da Criança é alardeado como a grande obra da parceria entre Governo do estado e Prefeitura de São Luís. Durante as últimas eleições municipais, no ano passado, a obra foi utilizada constantemente como propaganda do prefeito reeleito Edivaldo Holanda Júnior (PDT).

Antes de iniciada a reforma, o Ministério Público e a Justiça tentaram, de várias formas, obrigar a Prefeitura a resolver os problemas na unidade de saúde. Isso porque diversas vistas realizadas no local apontavam o prédio como completamente inadequado para uso. Conforme o laudo

indicava, foi constatado o descumprimento das normas sanitárias em vigor, que poderiam provocar sérios danos à saúde dos usuários do hospital.

#### História e cultura

Com outro objetivo, as obras de restauração do Palacete Gentil Braga, na Rua Grande, centro de São Luís, seguem paradas. Iniciadas em março de 2015, deveriam ter sido entregues em março de 2016, mas mais de um ano depois do prazo o prédio continua cercado por tapumes. O Palacete Gentil Braga é o local onde funciona o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O órgão é responsável por fomentar a produção cultural e artística no âmbito da Universidade.

Localizado na Rua Grande, esquina com a Rua do Passeio, o prédio foi edificado no início do século XIX. Com 195 anos de existência, o Palacete Gentil Braga, ou Palacete do Canto da Viração, foi palco de encontro de artistas e intelectuais maranhenses no século XIX. Lá eram realizados saraus, reuniões e festas frequentadas por ilustres intelectuais que fizeram parte da história da literatura do estado como Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Sousa-Andrade, João Lisboa, entre outros. ●

## UMA OBRA, TRÊS PRAZOS



Desde o início da obra, em junho de 2014, a reforma e ampliação do Hospital Hospital da Criança já teve três prazos de conclusão. O primeiro foi fevereiro de 2016. O prazo não foi cumprido, mas prorrogado em um ano. Após novo descumprimento, outro prazo foi dado: fevereiro de 2018.

# Homem mata a ex-mulher em sua residência

Acusado descumpriu medida determinada pela Justiça de Imperatriz, onde ocorreu o crime

Um crime brutal ocorreu na sexta-feira, 19, no bairro do Parque Amazonas, na cidade de Imperatriz. A polícia informou que Adriano Alves de Oliveira, idade não revelada, teria assassinado a tiros a ex-mulher, Andressa de Oliveira Araújo, dentro de sua residência. O casal estava separado há dois meses. O acusado descumpriu a medida protetiva de ficar distante de pelo menos 500 metros da vítima.

Ainda segundo a polícia, o suspeito estava inconformado com a separação e ontem teria ido à casa da ex-mulher com a desculpa de ver os filhos, que são menores de idade. No local, o casal acabou discutindo e, durante a briga, Adriano

Alves empunhou a arma e efetuou vários disparos contra a mulher.

## Ameaça

A vítima, com receio de ser assassinada, tentou fugir do local, mas caiu e foi baleada no peito. Mesmo assim, ela ainda conseguiu correr, acabou levando mais dois tiros e morreu no local. O acusado chegou a dizer para a mãe de Andressa de Oliveira sair da sua frente, já que poderia também ser morta.

As viaturas da Polícia Militar do 3º e 14º Batalhões realizavam abordagens em vans, carros particulares e ônibus que deixavam a cidade, visando localizar o criminoso. ●



Andressa de Oliveira Araújo foi morta a tiros pelo ex-companheiro



O homenageado Carlos César Bandeira entre o desembargador Jamil Gedeon Neto e o vereador Gutemberg Araújo, autor do projeto de cidadania

# SOLENNIDADE

## *na Câmara Municipal para César Bandeira*

**C**om uma cerimônia rápida e concorrida, no plenário Simão Estácio da Silveira, a Câmara Municipal de São Luís homenageou o empresário Carlos César Branco Bandeira com o título de Cidadão de São Luís, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados por ele a esta Capital no setor de educação superior, como fundador e diretor geral da FACAM (Faculdade do Maranhão), que hoje atua em todo o estado com mais de uma dezena

de cursos superiores presenciais e à distância.

Um dos pontos altos da solenidade foi o discurso do vereador Gutemberg Araújo, que justificou a sua proposição com um pronunciamento vibrante enaltecendo as virtudes do homenageado que, por sua vez, respondeu com um emocionado agradecimento, feito de improviso.

Em seguida, os convidados participaram de um coquetel oferecido pelo mais novo Cidadão de São Luís.

## NO TJ DE SÃO PAULO

Divulgação



**O** DESEMBARGADOR Ricardo Duailibe, Corregedor Eleitoral do TRE do Maranhão, acompanhado do Desembargador Carlos Padim, Presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil, em visita de trabalho ao gabinete do Presidente do TJ-SP, Des. Paulo Mascaretti, para tratar do projeto da Reforma Política – antes da crise institucional que se instalou no país com a delação da JBS. Chamou a atenção do des. Ricardo Duailibe, no fantástico prédio Palácio da Justiça, de SP, o belíssimo e enorme espelho (visto na foto) que pertenceu à Marquesa de Santos

Estatística ruim

# De 245 homicídios, 172 têm investigação da polícia

Dados são da Secretaria de Segurança Pública (SSP), referentes a 1º de janeiro deste ano até o último dia 18. Nem todos tiveram inquéritos concluídos **POLÍCIA 6**

# Polícia Civil sem dados sobre o número de crimes investigados

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, dos 245 homicídios dolosos e latrocínios ocorridos este ano na Ilha, 172 geraram Autos de Investigação Preliminar na DHC, mas nem todos tiveram os inquéritos concluídos

ISMAELARAÚJO  
Da editoria de Polícia

**A** Polícia Civil do Maranhão não sabe quantos homicídios dolosos ou latrocínios foram de fato investigados e os inquéritos encaminhados à Justiça. De 1º de janeiro deste ano, até o último dia 18 ocorreram 245 crimes dessa natureza na Região Metropolitana de São Luís, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP), mas foram instaurados somente 172 Autos de Investigação Preliminar (AIP) no Departamento de Homicídios da Capital (DHC), órgão ligado à Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP). No entanto, não há informações se todos foram concluídos.

No ano passado, das 725 ocorrências desse tipo de crime, apenas 280 geraram o Auto de Investigação Preliminar. Os outros casos, segundo a polícia, foram registrados e apurados diretamente nas delegacias distritais e não se tem informações de suas conclusões.

O delegado Lúcio Rogério, chefe do DHC, explicou que a equipe da Homicídios vai até o local do crime para os primeiros levantamentos, gerando assim o Auto de Investigação Preliminar (AIP). Cerca de 90% dos AIPs são encaminhados para a delegacia da área onde ocorreu o crime e apenas os casos mais emblemáticos passam a ser investigados diretamente pela Homicídios ou quando há alguma determinação da direção da SSP.

Lúcio Rogério explicou ainda que há mortes violentas em que os parentes das vítimas registram diretamente nos distritos e há também os casos em que os acusados são presos em flagrante delito ou por mandado de prisão. O delegado afirmou que este ano somente cinco suspeitos de assassinatos foram presos



**245**

Homicídios dolosos e latrocínios já foram registrados este ano na Região Metropolitana de São Luís, mas apenas 172 Autos de Investigação Preliminar (AIP) foram instaurados pelo Departamento de Homicídios da Capital (DHC), órgão ligado à Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP)

pela Polícia Civil mediante a ordem judicial.

## Investigação

“Não podemos afirmar no momento a quantidade de assassinatos ocorridos este ano, que resultaram em instauração de inquérito policial e foram remetidos para a Justiça, já que a maior parte é investigada nas

delegacias distritais”, declarou Lúcio Rogério. Ele explicou que este ano oito AIPs desse tipo de crime foram transformados em inquérito policial no DHC, já encaminhados ao Poder Ju-

diciário. Inclusive, quatro desses casos com os autores identificados.

Ainda de acordo com as informações do delegado, um dos casos solucionados foi o assassinato do agente penitenciário Viterbo Nunes da Silva, de 49 anos. O corpo da vítima foi encontrado com várias perfurações de faca e de tesoura, na cozinha de sua casa, no Parque dos Rios, em São José de Ribamar, no dia 2 de fevereiro deste ano.

Uma equipe da Homicídios começou a investigar o caso e no dia 14 de março deste ano prendeu os suspeitos, identificados como Carlos Henrique de Salles Ferreira e Thiago Dias Silva. Os dois eram conhecidos do agente penitenciário. A polícia também apreendeu objetos que tinham sido roubados da vítima, como televisão e videogame.

## Assassinato de policial foi um dos crimes apurados

distritais”, declarou Lúcio Rogério. Ele explicou que este ano oito AIPs desse tipo de crime foram transformados em inquérito policial no DHC, já encaminhados ao Poder Ju-

e nomes não revelados. Essa criminosa teve como vítima o estudante de Teologia Leonardo Torres, de 26 anos, irmão de um delegado da Polícia Militar. O crime ocorreu no dia 6 de março, na Cidade Operária. Eles roubaram um

## Maioria é investigada por distritais

carro branco da vítima. A equipe da DHC prendeu, também, Leonardo de Oliveira Souza, o conhecido como o *Chato*, de 35 anos, acusado de homicídio, associação criminosa e

roubo. O crime ocorreu no dia 1º de janeiro deste ano, na Camboa.

### Morte

O delegado Lucio Rogério declarou, também, que já houve registro este ano de acusados de homicídio ou latrocínio, morto em confronto com a polícia. Dois desses casos envolveram Leandro Pimenta Silva, de 24 anos, e Charlysson Guimarães do Nascimento, de 35 anos, fato ocorrido no dia 2 de fevereiro.

Essa dupla, em companhia de Rogério Batista Pereira, o *Parazinho*, teria abordado a policial civil Iran Cerqueira Santos, de 51 anos, nas proximidades de sua residência, no Residencial Vista ao Mar, área do Farol do Araçagi, em Ra-

anhar no momento a quantidade de assassinatos que ocorreram este ano, e que tivera inquéritos policiais instaurados e remetidos para a Justiça, já que parte deles é investigada nas distritais”

**DELEGADO LÚCIO ROGÉRIO,**  
chefe do DHC

posa. Ela estava conversando com uma vizinha, e ao perceber a presença de criminosos, pegou uma arma, que estava em seu carro Renault prata.

Houve troca de tiros e uma bala atingiu o peito esquerdo da investigadora de Polícia Civil. Os dois bandidos, Leandro Pimenta Silva e Charlysson Guimarães, também foram alvejados. Após o crime, os assaltantes fugiram do local. A policial foi levada até a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Araçagi, mas não resistiu.

A polícia realizou incursão na localidade e encontrou Leandro Pimenta morto na UPA do Araçagi. O seu cúmplice, Charlysson do Nascimento, foi morto logo depois, ao trocar tiros com policiais civis, no Residencial Eugênia Cerqueira, em Paço do Lumiar. O criminoso, foi apreendido u-

# Governador sanciona leis que aprimoram funcionamento do Judiciário no Maranhão

Os chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estiveram reunidos para sancionar leis que tratam do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário e da que dispõe sobre Custas e Emolumentos. Em solenidade realizada no Palácio dos Leões nessa sexta-feira (18), o governador Flávio Dino, o presidente do Tribunal de Justiça, Cleones Cunha, e o presidente em exercício da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, ressaltaram o espírito de entendimento entre os poderes no Maranhão.

As leis sancionadas são frutos de um acordo entre os três poderes visando modernizar o judiciário, mediante a redistribuição de competências, criação de novas unidades judiciárias, por exemplo, uma especializada ao combate das organizações criminosas. Elas tratam, também, de cargos novos nas centrais de inquérito. Nas varas de fazenda pública também houve a reorganização para que elas funcionem melhor, além de medidas visando a preservação dos direitos de juízes que hoje estão em comarcas de grande porte, como Imperatriz, Caxias e Timon, que não precisarão mais, necessariamente, serem lotados em São Luís para ascenderem na carreira.

O governador Flávio Dino destacou que o momento marca o espírito de concórdia e entendimento que reina no Maranhão, "nós sabemos que isso hoje é um valor raro, infelizmente, reina em muitos quadrantes da nação o contrário disto". Ele enfatizou que, atualmente, no estado, todos são tratados mediante diálogo e buscando a harmonia porque, em última análise, "perante o detentor real da soberania, que é a população, o poder é uno. A tripartição funcional é apenas uma convenção para dar funcionalidade àquilo que a soberania popular nos exerce, que é o poder temporariamente em nome e proveito de toda a sociedade".

Ele ressaltou, ainda, que está feliz pela magistratura estar realizando uma série de objetivos importantes, inclusive de índole corporativa, "não é porque se trata de direitos, ao contrário, isso também tem uma função importante de motivação dos servidores públicos, de um modo geral. São leis que trazem ganhos para os magistrados, para o serviço judiciário, e, evidentemente, para a população", pontuou.

O presidente do TJ, Cleones Cunha, definiu a sanção das leis como um momento ímpar para o sistema de justiça do Maranhão. De acordo com ele, elas trazem aspectos inovadores para o poder

judiciário, a exemplo da criação de cargos para juiz, redistribuição de varas com a criação da especializada no combate ao crime organizado, além da mudança de algumas competências de varas do interior. "Nenhuma alteração foi feita sem ter ouvido os juízes, manifestação e concordância deles. Quero, de público, agradecer e dizer que o faço em nome do Tribunal, do Poder Judiciário e que esse momento ficará na história", reiterou Cleones Cunha.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Ângelo Santos, as leis foram consenso de toda a classe da magistratura maranhense, e isso facilitou esse projeto ser aprovado na Assembleia e a consequente sanção do governador. Ele enfatizou que os projetos são benéficos para a sociedade porque vai acelerar a prestação jurisdicional, principalmente na capital, e, também, vai criar, no judiciário, uma unidade jurisdicional que possa ter competência exclusiva quanto ao julgamento das organizações criminosas. "Que, no nosso país, tem se mostrado cada vez mais pernicioso à economia e à gerência do país como um todo", completou o presidente da AMMA.

Também participaram da solenidade os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência), o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, além de desembargadores e juízes.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

### Nota de Esclarecimento

O Ministério Público do Maranhão vem por meio deste esclarecer recente notícia veiculada por meios de comunicação na cidade de Imperatriz que sugere que a 3ª Promotoria de Justiça Especializada de Meio Ambiente e Conflitos Agrários de Imperatriz teria determinado a retirada de trabalhadores da feira de Bonsucesso.

A informação é inverídica, mesmo porque o Ministério Público não tem competência constitucional para emitir determinações judiciais, papel que cabe ao Poder Judiciário.

O MPMA, por intermédio do titular da Promotoria de Meio Ambiente, Jadilson Cirqueira, comunica que houve a expedição do ofício nº 185/2017 ao secretário de Planejamento Urbano de Imperatriz, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, após uma representação formal de um feirante à instituição.

Segundo a denúncia recebida, na feira de Bonsucesso existia ocupação irregular de via pública e cobrança indevida pela utilização de espaços. Desse modo, o ofício encaminhado ao secretário Fidelis Rodrigues solicitou a adoção de providências cabíveis para o caso.

O Ministério Público do Maranhão reitera que é de responsabilidade do município a regulação dos espaços públicos da cidade, por meio da Secretaria de Planejamento Urbano de Imperatriz. Logo, compete ao órgão municipal definir os locais de feiras, comércios e eventuais cobranças de impostos.

Diante dos fatos, cabe reafirmar que não houve, da parte do Ministério Público do Maranhão, nenhuma determinação para tomada de providência sobre a desocupação da área pelos feirantes.



Gilson Teixeira/Secmap

**Governador Flávio Dino, presidente do TJ-MA, Cleones Cunha; presidente em exercício da Alema, Othelino Neto; secretários de Estado, desembargadores e juizes na solenidade que sancionou leis do Judiciário no Maranhão**

**São José de Ribamar**  
**Luís Fernando assina**  
**lei que vai possibilitar**  
**concessão de títulos a**  
**milhares de famílias**

**PÁG. 5 [C1]**

São José de Ribamar

# Prefeito assina lei que vai possibilitar a concessão de títulos a milhares de famílias



Divulgação

Luis Fernando durante evento de Regularização Fundiária

O prefeito de São José de Ribamar, Luis Fernando Silva, acompanhado do Secretário de Agricultura, Adelmo Soares, e do vice-prefeito, Eudes Sampaio, sancionou na manhã desta sexta-feira, dia 19, na sede do Salão da Cultura, a Lei de Regularização Fundiária, beneficiando milhares de moradores ribamarenses. No mesmo ato, o prefeito também assinou o Termo de Cooperação Técnica com a União Federal que vai possibilitar a legalização de casas e imóveis do Terra Livre

e Canudos, situados na reserva de Itapiracó.

De acordo com o secretário de regularização fundiária, o advogado Daniel Pereira de Souza, esse não foi apenas um momento histórico, foi também a concretização de um antigo sonho de milhares de famílias ribamarenses.

“O prefeito Luis Fernando, não apenas sanciona a lei como também assina acordo de cooperação com a secretaria do patrimônio público da união, que vai possibilitar que a regularização fundiária

pensada e executada pelo prefeito atinja todos os municípios, todas as regiões. Estamos quebrando a muralha que apartava os cidadãos ribamarenses da realização fundiária ampla e irrestrita”, comemorou.

Para o secretário de estado da agricultura familiar, Adelmo Soares, que participou do ato, a rápida aprovação ocorreu em razão do comprometimento de todos os poderes, “a Câmara fez o seu papel independente, mostrando o seu compromisso com a população e por meio

deles, é que são aprovadas as leis. A partir de agora, mãos à obra”, disse.

Com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a União Federal, principais instrumentos da legalização de terrenos e casas, será possível regularizar cerca de 2 mil famílias do Terra Livre e Canudos, o que para o prefeito Luis Fernando é o início de um grande processo de regularização fundiária no município.

“Demos início a esse processo antes mesmo de ganharmos o pleito, pois foi durante a campanha que por meio do seminário “Planeja”, já tínhamos a proposição de criar a secretaria de regularização fundiária, exatamente para dar celeridade às questões de terras no município”, explicou o prefeito.

Logo que assumimos, já no primeiro dia, continuou, “Criamos a secretaria, e demos posse ao secretário, que deu início ao que hoje já é uma realidade. Somos mais de 200 mil habitantes, e cerca de 60% do território é de área de ocupação, e não é possível, que por mais humilde que seja o cidadão ribamarense, ele tem direito ao seu pedaço de chão, a sua casa”, garantiu o prefeito.

Como meta ainda para este ano, estão previstos a regularização fundiária do Jota Câmara e São Braz-Macaco, este último incluído por meio de parceria firmada com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

## Ministro defende a conciliação como instrumento para redução das demandas da justiça

“A sociedade perdeu a capacidade do diálogo. Há cerca de 107 milhões de processos tramitando na justiça brasileira. A média é de um processo para cada dois habitantes. A maioria poderia ser resolvida pela via do diálogo, por meio da conciliação entre as partes”, defendeu, nessa sexta-feira (19), o ministro do Superior Tribunal de Justiça Reynaldo Soares da Fonseca, ao proferir palestra sobre a fraternidade no sistema da justiça para advogados, desembargadores, juízes, membros do Ministério Público, do Executivo, servidores públicos e estudantes, no Fórum de São Luís.

No evento, organizado pela Escola Superior da Magistratura (Esmam), o ministro, que é maranhense, citou dados sobre a taxa de congestionamento na justiça, as dificuldades estruturais e de acesso, além da falta de pessoal no sistema judiciário para reforçar que as medidas consensuais devem ser encaradas como alternativa na garantia do acesso efetivo à justiça.

Ele destacou alguns resultados do modelo conciliatório para a solução de conflitos judiciais que seguem um longo curso na

justiça, mas nem sempre são resolvidos de forma eficaz. “Há registro, em vários estados, de queda na distribuição processual, onde existem CEJUSCs – os centros de conciliação e solução de conflitos.”

Questionado sobre como aplicar na prática judicial o conceito da fraternidade, o ministro disse ser possível, tanto no âmbito civil, por meio da mediação, como no âmbito penal, no resgate da lei de execução, por meio da ressocialização e da justiça restaurativa. “Há 40 anos se fala em conciliação como uma perspectiva concreta de solução de conflitos. Até na execução penal podemos abrir caminhos para uma restauração das relações humanas e sociais. Não podemos pensar em pessoas livres, justas e iguais, sem o viés da solidariedade (fraternidade)”, concluiu.

No debate, o jurista, que defenderá tese de doutorado sobre o tema, disse que o acordo pacífico serve não só para resolver a situação antes de começar uma audiência, mas também no sentido de ressocializar a sociedade e o indivíduo nela inserido.

## **Tribunal de Justiça divulga escala de plantão do 2º Grau**

A desembargadora Nelma Sarney é a plantonista de 2º Grau da Justiça estadual de ontem (19) até domingo (21), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação

de prisão provisória, entre outros. Os servidores plantonistas são Cláudio Marcos Oliveira Coutinho e Thaís Bitencourt A. Fróz, cujo telefone disponibilizado é o (98) 98815-8344.

No período de 22 a 28 de maio – de 18h às 8h do dia seguinte – o desembargador João Santana responderá pelo plantão judicial de 2ª Instância.